



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2014, do Senador Pedro Taques, que *altera os arts. 19, 20 e 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, a fim de possibilitar a aplicação das medidas protetivas de urgência nela previstas independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal contra o agressor, e dá outras providências.*

Relator: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

Vêm a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para análise em turno suplementar, as Emendas nºs 2/S, 3/S e 4/S ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 197, de 2014, do Senador Pedro Taques, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

O PLS propõe a alteração dos arts. 19, 20 e 22 da Lei Maria da Penha para possibilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência contra o agressor, independentemente de sua vinculação a inquérito policial ou a processo penal. Com isso, permite a concessão de medidas de urgência em casos cíveis e diante da iminência de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.



SF/18176.95848-96

Quando da análise da matéria por esta Comissão, em 21 de março de 2018, foi aprovado o substitutivo apresentado pela Senadora Simone Tebet, que alterou a redação original do projeto para permitir que o delegado de polícia também possa requerer o deferimento de medidas protetivas e para alterar o termo “autoridade policial” por “delegado de polícia”. A possibilidade de deferimento de medidas protetivas na iminência de violência doméstica e familiar foi mantida.

No prazo regimental, foram apresentadas as Emendas nºs 2/S, 3/S e 4/S, as duas primeiras de autoria do Senador Davi Alcolumbre e a última do Senador Randolfe Rodrigues. A Emenda nº 2/S suprime do projeto a alteração proposta para o art. 20 da Lei Maria da Penha, a fim de que seja mantida a atual redação do dispositivo. As Emendas nºs 3/S e 4/S, por sua vez, propõem a substituição do termo “delegado de polícia” por “autoridade policial”.

II – ANÁLISE

Esta Comissão, no desempenho da competência firmada no art. 101, I, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), concluiu pela aprovação do PLS nº 197, de 2014, nos termos do substitutivo apresentado, o qual, na forma do disposto no art. 282 c/c art. 97 do RISF, retorna para apreciação em turno suplementar.

Temos que as emendas apresentadas não merecem prosperar.

A nova redação proposta para o art. 20 da Lei Maria da Penha pelo PLS nº 197, de 2014, substitui a expressão “instrução criminal” por “instrução processual”. Essa modificação se alinha com a inovação proposta para o art. 19 da Lei Maria da Penha, que busca permitir que, para além da seara criminal, as medidas protetivas de urgência também possam ser deferidas no âmbito cível, daí porque foi utilizada a expressão mais genérica “instrução criminal”. A Emenda nº 2/S, portanto, deve ser prontamente rejeitada.

Da mesma forma, somos contrário à substituição do termo “delegado de polícia” por “autoridade policial”. A referência ao “delegado de polícia” nos parece mais adequada, pois se trata de cargo que, por força de lei, é privativo de bacharel em Direito. E no caso de requerimento de medidas protetivas de urgência é necessário que se tenha formação jurídica para que o pedido seja formulado corretamente. Da mesma forma, eventual



representação pela prisão preventiva do agressor, afora o Ministério Público, deve se restringir ao Delegado de Polícia. Não há como ampliar essa competência a outras autoridades policiais, pois são os delegados de polícia que investigam os crimes e, por serem bacharéis em direito, têm condições de verificar de modo apropriado a presença dos requisitos da prisão preventiva.

De mais a mais, a designação “delegado de polícia” está em compasso com leis editadas recentemente (Leis nº 12.683, de 2012; 12.830, de 2013, e 12.850, de 2013) e com a linguagem utilizada no Projeto de Reforma do Código de Processo Penal (PLS nº 156, de 2009).

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **rejeição** das Emendas nºs 2/S, 3/S e 4/S ao Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2014.

Sala da Comissão, em de abril de 2018.

, Presidente

, Relator

